



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº 12007 **(Do Sr. Deputado Fernando de Fabinho)**

Solicita que sejam convidados os Senhores Presidentes da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, VIVO Telefônica Celular e os representantes das empresas Instituto de Defesa do Consumidor - IDEC, Secretária de Direito Econômico - SDE, Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor e a Coordenação-Geral de Políticas e Relações de Consumo.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 e 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação dos Senhores Presidentes da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, VIVO Telefônica Celular e os representantes das empresas: Instituto de Defesa do Consumidor - IDEC, Secretária de Direito Econômico - SDE, Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor e a Coordenação-Geral de Políticas e Relações de Consumo, para realização de uma audiência pública, para ser tratado de assuntos de interesse público relevante.

JUSTIFICAÇÃO

Cabe referir, neste ponto, por oportuno, que a referida audiência é de extrema importância e relevância, uma vez que tem sido constatado um grande volume de reclamações por parte dos consumidores, do grande abuso por parte das operadoras do sistema de telefonia móvel, principalmente a VIVO - Telefônica Celular, pelo acúmulo da cobrança das prestações de serviços e das ligações efetuadas e recebidas. Este abuso se dá pelo fato da operadora acumular os serviços prestados e somente após 03(três) meses depois de ter prestado os serviços emite a fatura cobrando todo o valor acumulado anteriormente com juros e a devida correção.

Impressiona, na espécie, que as operadoras também criam a chamada "fidelização", onde você adquire um aparelho ou plano de chamadas via contrato, que é um contrato de adesão, sendo que você não pode modificar cláusula alguma e torna-se escravo da operadora até findar-se o prazo da chamada fidelização, não podendo durante a vigência do prazo trocar de operadora e nem desistir somente poderá fazer, se pagar uma alta multa pela quebra da fidelização, motivo pelo qual solicito esta audiência pública.

Sala das Sessões, de junho de 2007.

Deputado Fernando de Fabinho
Democratas/BA